

Aprovada na 941ª Sessão

ALADI/CR/Ata 940
3 de agosto de 2006
Horas: 10h30m às 13h05m

ATA DA 940ª SESSÃO, ORDINÁRIA,
DO COMITÊ DE REPRESENTANTES

Ordem do Dia

1. Aprovação da Ordem do Dia
2. Assuntos em Pauta.
3. Consideração da ata correspondente à 938ª Sessão.
4. Consideração do documento elaborado pelos Representantes Alternos (ALADI/CR/dt 188).
5. Relatório dos Coordenadores dos Grupos de Trabalho sobre:
 - Acompanhamento do Programa de Apoio aos PMDERs.
 - Normas e Disciplinas (Doc. Inf. 759/Rev. 4 e 759.1, 759.2, 759.3, 759.4/Revisados 1).
 - Cooperação e Intercâmbio de Bens nas Áreas Cultural, Educacional e Científica.
 - Comércio Eletrônico e Tecnologias da Informação e das Comunicações.
6. Convocação para o Conselho Assessor Empresarial e Estabelecimento de Normas Provisórias para seu Funcionamento (ALADI/CR/PA 101/ Rev. 1).
7. Relatório da Presidenta da Comissão de Orçamento por Programas (ALADI/CR/di 2281). Transferência de Créditos Orçamentários (ALADI/CR/PA 102).
8. Apresentação da Presidenta do Conselho Assessor Trabalhista (Doc. Inf. 760 e 765).

9. Assuntos Diversos.

- Representação do Peru informa sobre a posse do novo Presidente e parte do Gabinete designado.
- Representação da Colômbia informa sobre a nova posse do Presidente Uribe e a designação da nova Chanceler.
- Relatórios de Viagens do Secretário-Geral.

Preside:

PERLA CARVALHO SOTO

Assistem: Juan Carlos Olima, Guillermo Daniel Raimondi, Roxana Cecília Sánchez e Marcelo Fabián Lucco (Argentina), Marcelo Janko Álvarez (Bolívia), Bernardo Pericás Neto, Hadil Fontes de Rocha Vianna, Elói Ritter Filho e Eduardo Pereira e Ferreira (Brasil), Oscar Quina Truffa e Hernán Enrique Nuñez Montenegro (Chile); Claudia Turbay Quintero e Alfonso Soria Mendoza (Colômbia); José Felipe Chaple Hernández (Cuba), Leonardo Carrión Eguiguren e Vladimir Jarrín (Equador), Perla Carvalho e Dora Rodríguez Romero (México), Marcelo Eliseo Scappini Ricciardi e Nancy Doria de Guggiari (Paraguai), William Belevan Mc Bride e Ricardo B. Romero Magni (Peru), Gonzalo Rodríguez Gigena e Linda Rabbaglietti (Uruguai); e María Lourdes Urbaneja, Luisa López Moreno, Julio Ramón Chirino e Olga Mercedes Fuenmayor (Venezuela).

Secretário-Geral: Didier Operti Badán.

Subsecretários: José Rivera Banuet, Isaac Maidana Quisbert.

PRESIDENTA: Iniciamos a 940ª Sessão do Comitê de Representantes.

1. Aprovação da Ordem do Dia

O ponto número 1 é a Aprovação da Ordem do Dia. Há comentários sobre este ponto?

Eu quero comentar que o ponto 8 é um tema que não tratamos na Mesa, no entanto, há uma petição da Presidenta do Conselho Assessor Trabalhista, que pediu para vir ao Comitê para explicar a abrangência de sua proposta e, certamente, vamos ouvi-la com muita atenção. Depois o Comitê analisará a proposta da Presidenta do Conselho Assessor Trabalhista. Se não houver comentários... Desculpem, ofereço a palavra à Argentina.

Representação da ARGENTINA (Juan Carlos Olima): Obrigado, Presidenta. Eu gostaria de fazer uma pequena afirmação complementar do que expressou a senhora Presidenta. De fato, oportunamente, eu informei o Comitê a respeito do interesse dos

membros do Conselho Assessor Trabalhista e da Presidenta de entrar em contato com o Grupo de Trabalho de Forças Produtivas e foi a própria Presidenta do Comitê quem sugeriu que fizéssemos isso no Comitê. Portanto, este não é um pedido da Presidenta do Conselho Assessor Trabalhista, mas uma instrução da própria Presidenta do Comitê. Muito obrigado, Presidenta.

PRESIDENTA: Muito obrigada. Eu entendo que este Conselho Assessor Trabalhista, que é um órgão auxiliar e de caráter consultivo, como consta dos papéis que temos distribuído ao longo de algumas semanas, como efetivamente diz o Embaixador. A relação, como já foi assinalado, é uma relação do Comitê com seu órgão auxiliar; se a Presidenta tinha a intenção de vir ao Comitê, é correto que ela faça sua apresentação, que, certamente, é de caráter excepcional, porque nunca antes tínhamos tido um Conselho Assessor Trabalhista. Acredito que se reuniu uma única vez.

Portanto, é muito interessante que possamos conhecer a proposta no Comitê, que ela faça sua apresentação. No entanto, entendo que depois nós discutiremos aqui seu conteúdo. Mas, sim, efetivamente, eu fiz um comentário no sentido que o senhor manifestou.

Não havendo mais comentários, é aprovada a Ordem do Dia.

2. Assuntos em Pauta

Passamos ao tema 2, Assuntos em Pauta. Para isso, ofereço a palavra ao Secretário-Geral.

SECRETÁRIO-GERAL: Obrigado, senhora Presidenta. Seguindo nossa prática, vou pedir à senhora secretária que leia os pontos assinalados.

SECRETARIA (Sofia Camacho): Obrigada, senhor Secretário-Geral. Bom dia.

“1. Delegação Permanente do Brasil junto à ALADI e ao MERCOSUL. Nota N.º 147, de 14/07/2006.

Comunica o fim das funções do senhor Ministro José Amir da Costa Dornelles a partir de 14/07/2006.

2. Delegação Permanente do Brasil junto à ALADI e ao MERCOSUL. Nota N.º 153, de 26/07/2006.

Conforme comunicado por meio da Nota N.º 108, de 10/05/2006, o Conselheiro José Augusto Silveira de Andrade Filho partirá definitivamente do país no dia 05/08/2006.

3. Representação Permanente do México. Nota N.º 66, de 19/07/2006.

Comunica o fim da missão do senhor Marco Antonio Barrera Fuentes a partir de 20/09/2006.

4. Representação Permanente do Paraguai junto à ALADI e ao MERCOSUL. Nota N.º 63, de 21/07/2006.

Comunica o fim das funções do senhor Conselheiro Luis José González Fernández a partir de 21/07/2006.

5. Embaixada da Itália. Nota N.º 742, de 19/07/2006.

Comunica o fim da missão do Embaixador Giorgio Malfatti di Monte Tretto e informa sobre a designação de seu sucessor, o Embaixador Guido Scalici.

6. Embaixada da Federação Russa. Nota N.º 62, de 7/07/2006.

Credencia o senhor Conselheiro Dmitriy Belov como Representante Alterno.

7. Delegação Permanente do Brasil junto à ALADI e ao MERCOSUL e Representação Permanente do México. Notas N.º 151 e 71, ambas de 21/07/2006.

Comunicam que o Primeiro Protocolo Adicional ao Acordo de Complementação Econômica N.º 53 entrará em vigor em 20 de agosto de 2006.

A Nota foi publicada como documento ALADI/CR/di 2292.

8. Representação Permanente do Uruguai junto à ALADI e ao MERCOSUL. Nota N.º. 403/06, de 19/07/06.

Encaminha comentários ao documento ALADI/SEC/dt 420/Ver. 11 "Relatório de acompanhamento da colocação em vigor dos Acordos assinados ao amparo do Tratado de Montevideu 1980".

A Nota foi publicada como documento ALADI/CR/di 2290.

9. Contribuições recebidas para o Orçamento da Associação:

Brasil. Nota 156, de 31/07/2006. Encaminha cheque de US\$ 838.779,67, saldando o pagamento total de sua contribuição correspondente ao exercício 2006.

Chile: Nota 54, de 25/07/2006. Encaminha cheque de US\$ 200.000,00, saldando os custos financeiros do ano de 2004, US\$ 7.304,52, e contribui com parte do montante correspondente ao exercício de 2005, US\$ 192.695,48.

10. Convites recebidos:

Uruguai. Presidência da República. Nota de 03/07/2006. O Doutor Tabaré Vázquez convida o Secretário-Geral para participar da XVI Cúpula Ibero-Americana de Chefes de Estado e de Governo (Montevideu, 4-5/11/2006).

União Industrial Paraguuaia. Nota N.º 333/06, de 13/07/2006. Comemorando os 70 anos de sua fundação, convida o Secretário-Geral para participar das conferências Magistrais, com a participação dos Primeiros Mandatários impulsionadores do MERCOSUL. Data tentativa: entre 4 e 9 de setembro de 2006.

Banco Central do Uruguai. Nota 364, de 10/07/2006. Convida o Secretário-Geral para participar das XXI Jornadas Anuais de Economia do Banco (Montevideu, 7-8/08/2006).

ALAMPYME - México. Nota de 28/07/2006. Convida o Secretário-Geral para participar do Encontro de Negócios da Rede ALAMPYME (Cidade do México, 7-8/09/2006).

Corporação do Comércio para a América Latina (CORPOAL). Nota de 17/07/2006. Convida o Secretário-Geral como palestrante sobre "A evolução do comércio exterior dos países-membros: projeções" no Seminário Conjuntura Econômica e Comércio Intra-Regional Latino-Americano: Projeções 2007" (Bogotá, 14/09/2006).

Centro Latino-Americano para as Relações com a Europa e Fundação Konrad Adenauer. Nota de 18/07/2006. Convidam o Secretário-Geral para participar como palestrante sobre "O livre comércio entre a EU e a ALC" e o Subsecretário Isaac Maidana para apresentar uma visão latino-americana sobre as pautas e as tarefas a serem cumpridas na relação com a Europa, derivadas da Cúpula de Viena no Seminário "As relações euro-latino-americanas da Cúpula de Viena à Cúpula de Lima" (Santiago, 2-4/10/2006).

Organização Mundial de Aduanas. Nota de 10/07/2006. Convida para participar da Conferência organizada para o lançamento da "Quatrième édition du Système harmonisé de désignation et de codification des marchandises" (Bruxelas, 26-27/09/2006)

Associação de Agentes Profissionais de Aduana das Américas (ASAPRA). Nota de 20/07/2006. Convida o Secretário-Geral junto com a Câmara Nacional de Despachantes de Aduana da Bolívia para participar com uma palestra sobre a "Importância da atividade aduaneira nos processos de integração econômica latino-americana", no XXII Congresso e Assembléia de ASAPRA (Santa Cruz de la Sierra, 1-4/11/2006).

11. Convocatória e agenda da IX Reunião Técnica de Oficinas Governamentais Responsáveis pelo Fornecimento de Informações Estatísticas de Comércio Exterior (ALADI/SEC/Proposta 263).

12. Convocatória do Conselho Assessor Empresarial e Estabelecimento de Normas Provisórias para seu Funcionamento (ALADI/CR/PA 101/Rev. 1).

13. Relatório da Presidência da Comissão de Orçamento por Programas. (ALADI/CR/di 2291)

14. Transferência de Créditos Orçamentários (ALADI/SEC/PA 102).

15. Relatório semestral sobre a evolução dos Acordos da Associação Latino-Americana de Integração (Primeiro Semestre de 2006) (ALADI/SEC/di 1999).

16. Termos de Referência previstos para a Atividade IV.19 do Programa de Atividades (Doc. Inf. 764).

17. Grupo de Trabalho sobre Normas e Disciplinas. Projeto de Calendário de Atividades. (Doc. Inf. 759/Rev. 4); Fórum Virtual sobre Medidas Sanitárias e Fitossanitárias (Doc. Inf. 759.1/Rev.1); Fórum Virtual sobre Regras de Origem (Doc. Inf. 759.2/Rev.1); Fórum Virtual sobre Salvaguardas (Doc. Inf. 759.3/Rev.1) e Fórum Virtual sobre Solução de Controvérsias (Doc. Inf. 759.4/Rev.1)."

Vale salientar dentro dos Assuntos em Pauta que constam das pastas dos senhores Representantes e que fazem parte desta Ata, uma nota da Delegação Permanente do Brasil, que comunica o fim das funções do Ministro José Amir da Costa Dornelles a partir de 14 de julho.

Também, uma Nota da Representação Permanente do México, comunicando o fim da missão do senhor Marco Antonio Barrera Fuentes a partir de 20 de setembro deste ano, e, ainda, uma nota da Representação Permanente do Paraguai, que comunica o fim das funções do Conselheiro Luis José González Fernández a partir de 21 de julho deste ano.

Também vale salientar as contribuições recebidas para o orçamento da Associação: A Delegação do Brasil encaminha um cheque de US\$ 838.779,67, saldando sua contribuição correspondente ao exercício de 2006, e a Representação do Chile, uma nota que encaminha um cheque de US\$ 200.000,00 que salda os custos financeiros do ano de 2004 e inclui uma contribuição parcial para o exercício de 2005.

Além do mais, há convites recebidos. Dentre eles, vale salientar uma nota do Uruguai, da Presidência da República, por meio da qual o Doutor Tabaré Vázquez convida o Secretário-Geral para participar da Décima Sexta Cúpula Ibero-Americana de Chefes de Estado e de Governo, que se realizará em Montevideu, em 4 e 5 de novembro deste ano. É tudo, senhor Secretário-Geral, senhora Presidenta. Obrigada.

SECRETÁRIO-GERAL: Obrigado.

Obrigado, senhora Presidenta.

PRESIDENTA: Agradecemos à Secretaria-Geral. Muito sucesso a todos os funcionários que saem do Comitê de Representantes. Congratulamo-nos, certamente, pelas muito boas notícias do Brasil e do Chile para nosso orçamento.

3. Consideração da ata correspondente à 938ª Sessão

Passamos ao ponto número 3 da Ordem do Dia, Consideração da Ata correspondente à 938ª Sessão do Comitê, que submeto a sua consideração.

Não havendo observações, é aprovada.

4. Consideração do documento elaborado pelos Representantes Alternos (ALADI/CR/dt 188)

Passaríamos ao ponto número 4. Como os senhores lembrarão, na sessão anterior, a Coordenadora da Reunião de Alternos apresentou seu relatório na 936ª Sessão, sobre a encomenda que tinha sido feita pelo Comitê, e apresentou o documento “Elementos a considerar para a análise das possíveis alternativas para a aplicação de programas de convergência a partir dos Acordos existentes”.

Nessa ocasião, a Representação da Argentina manifestou que não tinha instruções de sua capital. Eu gostaria de outorgar a palavra à Representação da Argentina, se quiser fazer uso dela.

O Embaixador da Argentina tem a palavra.

Representação da ARGENTINA (Juan Carlos Olima): Obrigado, Presidenta.

Como é do conhecimento da Presidenta, e também da Representação do México e das demais Representações, a Representação da Argentina enviou uma nota solicitando que as discussões voltassem a ser abertas na Reunião de Alternos, porque consideramos que há alguns temas que não foram adequadamente refletidos ou que é preciso continuar sua análise para terminar de alcançar um consenso.

Conforme entendemos, esta posição argentina não apresenta dificuldades e não há dificuldades regulamentares. Portanto, isto é o que solicitamos e reiteramo-lo hoje: uma nova Reunião de Alternos para continuar o debate desse documento. Obrigado, Presidenta.

PRESIDENTA: Muito obrigada. Entendo, então, que a Representação da Argentina solicita à Presidência uma nova Reunião de Alternos. Eu vou pedir, então, à Representante Alternativa do México que esteve coordenando este trabalho, esse resultado deste Grupo, que se reúna para ouvir as observaciones da Representação argentina e que volte ao Comitê para nos trazer, na próxima reunião, o documento que lhes foi solicitado, se possível.

Muito obrigada. Não sei se há qualquer comentário...

5. Relatório dos Coordenadores dos Grupos de Trabalho sobre:

Não, portanto, vou passar ao ponto 5 da agenda, i.e., os relatórios dos Coordenadores dos Grupos de Trabalho.

- Acompanhamento do Programa de Apoio aos PMDERs

Vou começar com o Grupo de Trabalho de Acompanhamento ao Programa de Apoio aos Países de Menor Desenvolvimento Econômico Relativo e ofereço a palavra à Representante Permanente da Venezuela para que apresente seu relatório.

Representação da VENEZUELA (María Lourdes Urbaneja). Obrigada, Presidenta.

Quanto ao Relatório da Coordenação do Grupo de Trabalho sobre o Acompanhamento ao Programa de Apoio aos PMDERs incluído na agenda desta reunião, queremos informar que este relatório inclui os resultados de atividades e reuniões realizadas pelo Grupo durante estes dois meses e que, vou resumir.

Queremos salientar, primeiro, que o esforço fundamental do Grupo focalizou-se em cumprir os mandados e as atividades derivadas da Reunião de Altos Funcionários. Entendemos que essa reunião contribuiu com algumas diretrizes e orientações sobre o caminho a ser percorrido para poder cumprir a exigência fundamental de nossa agenda, que é a construção do Espaço de Livre Comércio, conforme o mandado, e pensando na próxima reunião de nosso Conselho de Ministros.

1. Reunião de Altos Funcionários Responsáveis pela Integração e Plano de Ação.

Com especial ênfase temos trabalhado no acompanhamento das atividades decorrentes da Reunião de Altos Funcionários ligadas aos Países de Menor Desenvolvimento Econômico Relativo e houve uma ampla discussão dos materiais apresentados pela Secretaria, ligada a dois aspectos: de um lado, à revisão os materiais que serviram de base para a Reunião, e de outro, à formulação do Plano de Ação. Nesse âmbito, concentramos nossos esforços em fazer uma discussão em função da apresentação da proposta inicial do Plano de Trabalho apresentado pela Secretaria, que foi discutida em diferentes momentos, em diferentes níveis, tanto pelos países quanto pelo Grupo de Trabalho em seu conjunto.

No tocante a esse particular, podemos informar que até hoje temos importantes avanços no Plano de Ação. Temos uma primeira versão que está sendo revisada por todos os países com o intuito de que o produto final reflita alguns elementos que consideramos fundamentais para abordar e construir este tema. Insistiu-se em valorizar e imprimir neste documento o critério da integralidade como uma visão global do plano. Isto é, não ver de forma fragmentada elementos das problemáticas vividas pelos países de menor desenvolvimento econômico relativo, ligadas a problemas estruturais, certamente internos e externos, como foi assinalado por múltiplos estudos que já existem nesta Associação. Além do mais, uma integralidade que permita abordar dos princípios estabelecidos no Tratado de Montevideu 1980 até os mandados que existem nesta Associação a esse respeito.

Dessa perspectiva tentamos apresentar o objetivo central do Plano ao sugerirmos a necessidade de uma visão integral e sistêmica, que favoreça a cobertura, de forma ordenada e coordenada em favor dos PMDERs; depois tem objetivos temáticos por meio dos quais são colocados, é claro, os problemas fundamentais dos PMDERs.

Houve uma discussão sobre temas como a complementaridade e a gestão econômica, a abertura e a preservação dos mercados, e o acesso efetivo aos mercados e a aplicação de medidas não-tarifárias, com base em programas e mecanismos de entendimento bilaterais, que permitam realmente resolver de forma ágil os problemas que nós sabemos ser decorrentes deste tema, as controvérsias e as dificuldades. Mas é preciso tratá-los em conjunto para podermos resolver este tema e, certamente, alguns outros temas ligados à inteligência comercial, à promoção e a facilitação de investimentos.

Outro objetivo apresentado que nos parece fundamental é tudo o que está ligado à melhora do transporte e da logística, tema que está sempre aí, e foi incluído na proposta elaborada pela Secretaria com base em todas as discussões e nos elementos que teve para isso; e o fortalecimento institucional visto mais como o fortalecimento das entidades públicas e privadas responsáveis pelo comércio e não visto de forma individual, sobretudo reconhecendo os atores mais dinâmicos da economia dos países de menor desenvolvimento econômico relativo que, freqüentemente, têm dificuldades para resolver os problemas estruturais que lhes permitiriam construir uma oferta exportável, como as possibilidades de seu transporte e a mobilização e a logística em torno disso.

O outro tema do qual trata o Plano tem a ver com o financiamento. Pretende-se assumir o Plano não como um Plano que a ALADI vai desenvolver, mas um plano que contribui com estratégias, recomendações, algumas das quais a Associação poderá estimular e promover. Outras, no entanto, têm muito a ver com as possibilidades e o fortalecimento no interior dos países. Especial menção recebeu o desenvolvimento de estratégias para promover e impulsionar a cooperação entre países.

Portanto, hoje podemos dizer que estamos dedicados, conjuntamente com a Secretaria, a tornar realidade esse documento de trabalho para a conformação do Plano de Ação e que vamos continuar trabalhando nisto durante este mês, levando em conta as discussões. Dessa forma, a Secretaria levará em conta as propostas, as recomendações e as observações dos países para fortalecê-lo, ampliá-lo e aprofundá-lo.

2. Situação dos projetos e atividades em favor dos PMDERs

No Grupo de Trabalho temos revisando e analisado a situação dos projetos e das atividades em favor dos PMDERs no âmbito do Sistema de Apoio. Isso envolve tanto os programas de 2005 por país (alguns dos quais ficaram pendentes e estão sendo desenvolvidos), os que existem com base no cumprimento da Resolução 61 (XIII) e os incorporados no programa por país para 2006.

Antes que apresentar uma lista disso tudo, destacamos que o Grupo tem insistido cada vez mais na necessidade -e para sermos coerentes com o que acabamos de dizer a respeito do Plano- de que todos esses estudos tenham mais integralidade e menos fragmentação; e que haja mais articulação, inclusive entre os países em função dos estudos e projetos que poderiam favorecer os países em conjunto. Desta visão, temos discutido com as Representações do Paraguai, do Equador e da Bolívia, que, por sua vez, apresentaram suas posições nesse sentido. Na revisão realizada dos estudos fizemos esta sugestão, com vistas a buscar mais integralidade e menos atomização. Pensamos que, em alguns desses estudos há tempo para fazer essa integração, como foi assinalado na última reunião pela Representação do Paraguai.

Outra sugestão feita no âmbito da revisão do relatório sobre a situação dos projetos é que procuremos um caminho para que os estudos contribuam com as inquietudes e as necessidades apresentadas no Plano de Ação, i.e., que os estudos que estão sendo

elaborados e que ainda não estão em andamento venham a enriquecer e fortalecer os objetivos do Plano de Ação e, dessa forma, aproveitar e maximizar o uso dos recursos, que, como sabemos, são muito poucos e insuficientes, como disse algum dos colegas dos países.

3. Novo Tratamento das assimetrias no âmbito da Comunidade Sul-Americana de Nações

Outra atividade que a Secretaria tem desenvolvido, e que envolve a todas e todos por suas contribuições, é o tema da participação da SG nos trabalhos conjuntos encomendados às Secretarias no âmbito da Comunidade Sul-Americana de Nações. No relatório apresentado pela Secretaria, na pessoa do Doutor Maidana, assinala-se a contribuição da Secretaria-Geral neste Grupo sobre o tratamento das assimetrias com vistas à Comunidade Sul-Americana, e inclui material de apoio e insumos que certamente vão ser úteis para a construção do Plano de Ação.

4. Estratégia de coordenação entre os grupos de trabalho sobre os assuntos referidos aos PMDERs

Outro assunto sugerido está ligado ao mandado de identificar no interior dos diferentes Grupos de Trabalho da Associação o tratamento do tema dos países de menor desenvolvimento econômico relativo, entendendo que isso envolve não apenas o tratamento diferencial, o tratamento especial diferenciado, mas também a consideração das assimetrias. Esse tema envolve uma transversalização e um olhar diferente e mais integral ao tema.

Finalmente, como resumo, diríamos que até esta data, as atividades desenvolvidas pelo Grupo estiveram voltadas, sobretudo, a plasmar as diretrizes da Reunião de Altos Funcionários em nossos afazeres em todos os sentidos, tanto do ponto de vista do que está sendo feito neste momento quanto em função do Plano de Ação, promovendo a formulação e a culminação dos projetos e das atividades 2005 e 2006; e também em saudar e colher com muito beneplácito as atividades do conjunto da Secretaria e dos organismos de integração que elaboraram este documento de forma conjunta, que já está circulando a todos em função do tratamento das assimetrias no âmbito da Comunidade Sul-Americana. Em síntese, essas são as informações que este Grupo de Trabalho queria transmitir a este Comitê de Representantes. Muito obrigada, senhora Presidenta.

PRESIDENTA: Muito obrigada, Embaixadora, por seu relatório, que inclui grande número de pontos transcendentais. Assinalou várias recomendações para continuarmos com nosso trabalho de forma integral, incorporando tudo o que seja referido à questão das assimetrias, para levarmos em conta o documento de trabalho que nos assinalou para montar o plano de ação.

Ponho este relatório a sua consideração.

Alguma das Representações gostaria de fazer algum comentário?

- Normas e Disciplinas (Doc. Inf. 759/Rev. 4 e 759.1, 759.2, 759.3, 759.4/Revisados 1)

Não há comentários, portanto, passamos ao seguinte Grupo, que é o de Normas e Disciplinas. Ofereço a palavra à Representação do Chile.

Representação do CHILE (Oscar Quina Truffa): Muito obrigado, senhora Presidenta.

Nesta ocasião, vamos enumerar de forma breve os mandados que temos e os avanços atingidos. Este Comitê, em sua sessão, ordinária, 936, de 8 de junho deste ano, aprovou a realização das ações conducentes a delinear um cronograma de trabalho para cumprir as diretrizes estabelecidas pela reunião de Altos Funcionários realizada em 4 e 5 de maio.

Essa tarefa seria realizada sob a Coordenação desta Representação no Grupo de Trabalho de Normas e Disciplinas. Debateu-se, ainda, e foi aceito, que a metodologia a ser desenvolvida e apresentada ao grupo fosse apoiada na experiência dos Fóruns Virtuais. O esforço da Coordenação foi sobre seis dos temas priorizados pelos Altos Funcionários. Os temas cujas tarefas foram projetadas pelo Grupo de Trabalho são: origem, salvaguardas, solução de controvérsias, medidas sanitárias e fitossanitárias, normas técnicas e cooperação e facilitação aduaneira.

O Grupo de Trabalho concluiu, em suas deliberações, que os temas de origem, salvaguardas, solução de controvérsias, medidas sanitárias e fitossanitárias, teriam o mesmo formato de trabalho dentro da metodologia do Fórum Virtual. Também consideramos a possibilidade de incorporar nesta metodologia o que é cooperação e facilitação aduaneira, deixando o tema de normas técnicas, onde se espera um documento que preparará a Secretaria-Geral que atualize o Acordo Regional Nº 8 sobre Superação das barreiras técnicas al comércio.

Foi preparado um cronograma no Grupo de Trabalho que reúne as observações das Representações e que, nesta ocasião, é apresentado para a consideração do Comitê sob a forma de projeto de calendário com datas tentativas em conformidade com as sugestões dos funcionários Responsáveis pelas Políticas de Integração, com vistas a ter prontos os trabalhos em um período de 60 a 120 dias.

Esse calendário leva em conta fatores de ordem e seqüências de atividades que visam, fundamentalmente, o planejamento por tema de todas as tarefas com seus detalhes, a consecução de um instrumento flexível, a adoção de um sistema geral de muito baixos custos de operação, e a aprovação de uma agenda por temas que sirva como base para o desenho dos debates virtuais no entendimento de que, se este Comitê concordar, aprove a autorização para iniciar os Fóruns Virtuais para os quais foram desenvolvidas agendas que foram discutidas, tratadas e aperfeiçoadas no Grupo de Trabalho.

Quanto a essas agendas, elas incluem uma explicação detalhada das razões de cada Fórum, os documentos de base para o debate da documentação de referência e os *links* nos sites especializados na temática do trabalho tratada em cada Fórum, bem como outros elementos de procedimento para facilitar a compreensão do Fórum Virtual como ferramenta pelos participantes. As agendas indicam, ainda, os responsáveis pela moderação dos Fóruns pela Secretaria-Geral.

Alguns dos trabalhos considerados no projeto de calendário que consta do documento 759 revisado 4, de 20 de julho, assinalam algumas atividades como já cumpridas, porque é o trabalho prévio que precisávamos para poder começar a definir as agendas que teria cada um desses Fóruns se houvesse autorização para fazê-los.

Como detalhe significativo, foi estimada, na unificação atingida no Grupo de Trabalho, uma instância periódica de informação sobre os avanços de cada Fórum por seus moderadores. Isso servirá como instrumento de controle, que permitirá apoiar a troca que deve ocorrer durante essas atividades.

Sabemos que estamos trabalhando contra o relógio para cumprirmos o mandado dos 90 a 120 dias, e já desenhamos os mecanismos mais enxugados possíveis para poder tirar maior benefício de cada um dos Fóruns. Porém, é preciso levar em conta que, como disse meu Embaixador, isso não resolve os problemas, simplesmente nos dará idéias e instrumentos para que aqui tomemos as decisões que corresponder.

O projeto de calendário que encaminhamos desta vez com as agendas que são inerentes a ele, apresenta uma dinâmica tal, no memento desta apresentação, que foram superadas algumas etapas, como já disse, e quanto ao desenvolvimento das atividades, foram tomadas as medidas para desenvolver todos os Fóruns de forma paralela. A Secretaria-Geral tomou as medidas para torná-lo possível e os coordenadores de cada tema estariam dispostos a fazer esse trabalho assim que for aprovado por este Comitê. Muito obrigado, senhora Representante. (sic)

PRESIDENTA: Agradecemos ao Representante do Chile por seu relatório e a ampla exposição de seu projeto de calendário que consta do documento 759 revisado 4. Dou a palavra ao Brasil, que tem comentários a esse respeito.

Delegação do BRASIL (Bernardo Pericás Neto): Obrigado, senhora Presidenta.

Simplemente para agradecer à Representação do Chile pela apresentação que acaba de fazer sobre os trabalhos do Grupo que coordena, louvar os avanços atingidos pelo Grupo e, além disso, agradecer ainda a incorporação no calendário previsto das sugestões feitas pela Delegação do Brasil. Muito obrigada.

PRESIDENTA: Obrigada, Embaixador. Mais alguma observação?

Acredito que não, portanto, é aprovado o calendário com datas tentativas apresentado por nosso Coordenador do Grupo de Normas e Disciplinas.

- Cooperação e Intercâmbio de Bens nas Áreas Cultural, Educacional e Científica

Passamos agora ao relatório do Grupo de Trabalho sobre Cooperação e intercâmbio de bens nas áreas cultural, educacional e científica, e ofereço a palavra ao Representante Permanente do Peru para que apresente seu relatório com os resultados da reunião do Grupo.

Representação do PERU (William Belevan Mc Bride): Obrigado, senhora Presidenta.

Como todos sabem, a reunião do Grupo de Trabalho sobre Cooperação e Intercâmbio de Bens nas Áreas Cultural, Educacional e Científica se ocorreu, visando ressuscitar este Grupo, em 19 de julho de 2006.

Destaco que os temas abordados neste Grupo de Trabalho nessa ocasião foram os seguintes:

1. Termos de Referência previstos para cumprir a Atividade V. 33 do Orçamento por Programa da Associação 2006 (Cultura e Turismo).

2. Ações para desenvolver atividades de capacitação e de formação.

3. Convalidação de diplomas.

No tocante ao primeiro ponto, o referido às atividades sobre cultura e turismo, a Secretaria fez uma apresentação dos termos de referência propostos para cada área - os mesmos que foram desenvolvidos no documento informal 762. A Secretaria informou que esse documento visa trocar opiniões com as Representações sobre os termos de referência preparados para a contratação de dois consultores para cumprir com o que fora estipulado no ponto 33 do capítulo V do Programa de Atividades deste ano.

Os primeiros termos de referência estão voltados para avaliar a situação do Acordo Regional de Cooperação e Intercâmbio de Bens nas Áreas Cultural, Educacional e Científica, AAR 7, bem como implementar ações e medidas para dinamizar o referido acordo.

Depois da apresentação da Secretaria, diversas Representações fizeram suas contribuições, que foram registradas pela Secretaria-Geral para incorporá-las na elaboração final desses termos de referência.

A Secretaria apresentou, ainda, os termos de referência correspondentes à promoção do turismo, cujos principais objetivos são avaliar o estado do tema na ALADI, bem como propor ações e medidas específicas a serem desenvolvidas no âmbito do processo regional.

As Representações concordaram com seu conteúdo e fizeram importantes contribuições para a realização do trabalho nesse tema.

Neste âmbito, é importante assinalar que a Representação da Colômbia anunciou a realização do Congresso Mundial de Turismo em seu país, no ano de 2007, manifestando sua vontade de pôr à disposição da Secretaria os trabalhos que estão sendo desenvolvidos para esse evento. Ofereceu, ainda, os contatos com as organizações nacionais responsáveis por esse Congresso. A esse respeito, também foi proposto que, dado esse evento, deveria ser programada, de forma coordenada, uma reunião do Conselho de Turismo da Associação.

Finalmente, dada a importância do tema e mesmo reconhecendo que ultrapassa os limites do tratamento neste Grupo de Trabalho, também foi proposto que o trabalho em si não seja limitado aos aspectos culturais, mas que abranja o setor turismo em todas suas manifestações.

A Secretaria, por sua vez, tomou nota das contribuições e executará ambos os projetos.

Quanto ao ponto ligado aos programas de capacitação e formação, a Secretaria apresentou as idéias que está analisando para conformar um programa de capacitação, destacando que o mesmo poderia ser desenvolvido em três níveis específicos. O primeiro, de caráter interno, cujo conteúdo é a atualização e a reciclagem de conhecimentos gerais do processo de integração como de outros temas de atualidade, destinado a funcionários da Secretaria, aos funcionários das Representações e, eventualmente, da Secretaria Técnica do MERCOSUL.

O segundo seria para aprofundar conhecimentos sobre temas específicos, com uma audiência similar à anterior, mas dada sua especialidade, ministrado tanto por especialistas da Associação quanto de outros âmbitos.

Finalmente, o terceiro, estaria composto por fóruns de reflexão de alto nível, cujo centro seria o processo de desenvolvimento e o papel atual da integração regional, destinado aos funcionários governamentais e aos organismos regionais.

As Representações receberam positivamente a iniciativa e apoiaram a possibilidade de desenvolver esse programa de capacitação. Inclusive, e é importante assinalar isto, foi proposto coordenar as visitas de funcionários de nossas respectivas Representações que vêm a Montevideu, para que façam palestras sobre suas respectivas especializações temáticas; seria uma utilização pragmática de capacidade instalada.

Finalmente, neste ponto a Secretaria comprometeu-se a apresentar, em um prazo razoavelmente breve, uma proposta de capacitação para o primeiro nível, que começaria a funcionar no decurso deste ano.

Para terminar, foi examinado o tema da convalidação de diplomas, destacando a importância de trabalhar nesse sentido e os problemas enfrentados pelos profissionais de nossas diferentes nações para exercer fora de seu país de origem, no âmbito da ALADI. Também, embora tenham sido destacados os avanços ocorridos no âmbito da CAN e do MERCOSUL na matéria, sugeriu-se a necessidade de tratar esta temática no âmbito da própria Associação.

A Secretaria assinalou que fez diferentes contatos, particularmente no âmbito da CAN e do MERCOSUL, para ter informações atualizadas sobre o tratamento do tema e que depois apresentará um relatório ao Grupo a esse respeito.

Por último, várias Representações manifestaram seu interesse em aprofundar no tratamento da convalidação de diplomas, portanto, dada a vontade existente, foi proposto que a Secretaria continue trabalhando nesta questão.

É tudo, senhora Presidenta. Muito obrigado.

PRESIDENTA: Muito obrigada, senhor Embaixador por seu amplo e completo relatório.

O Embaixador falou sobre os termos de referência de um projeto de cultura e turismo que consta do documento 762 e expôs uma gama de atividades a serem realizadas. Considero sumamente interessante o oferecimento da Colômbia de pôr à disposição desse Grupo os contatos que houver para a reunião do eventual Conselho de Turismo.

Não sei se há qualquer comentário sobre este assunto. A Secretaria me diz que esse relatório está sendo circulado; não foi feito anteriormente, mas creio que todo o mundo sabe a respeito do que o Grupo discutiu.

Eu gostaria de oferecer-lhes a palavra se houver qualquer comentário.

Tem a palavra a Representação do México.

Representação do MÉXICO (Dora Rodríguez Romero). Obrigada, senhora Presidenta. Nós realmente não temos, pelo menos não sabemos se foi distribuído o documento sobre os termos de referência para a avaliação do Acordo Regional de Cooperação e Intercâmbio de Bens nas Áreas Cultural, Educacional e Científica, e turismo que certamente devem ter sido ajustados pelos comentários que fizemos algumas Representações no Grupo de Trabalho.

Portanto, não estamos negando o apoio que demos no Grupo, mas sim gostaríamos de ter o documento com os ajustes feitos conforme as contribuições de várias de nossas Representações, em particular, a nossa. Muito obrigada, senhora Presidenta.

PRESIDENTA: Muito obrigada, México.

Ofereço a palavra à Secretaria para que nos informe sobre este ponto.

SECRETÁRIO-GERAL: Obrigado, senhora Presidenta.

Tal como foi expresso no documento que o senhor Representante Permanente do Peru, Coordenador do Grupo, acaba de apresentar, a Secretaria fez uma apresentação dos termos de referência propostos para cada tema, para cada área - os mesmos que foram desenvolvidos no documento informal 762. Não estou em condições, neste momento, de informar se as observações foram incluídas ou não, certamente uma consulta ao documento em tempo e forma permitir-nos-á responder essa pergunta.

PRESIDENTA: Muito obrigada, Secretário. Ficaria pendente essa informação sobre as modificações que eventualmente tenham sido feitas aos termos de referência para a evolução do Acordo Regional e pediríamos à Secretaria que, na medida do possível, o distribua.

Mais algum comentário sobre este relatório? Tem a palavra à Representação da Argentina.

Representação da ARGENTINA (Juan Carlos Olima): Obrigado, Presidenta.

Eu gostaria de assinalar nossa satisfação pelo fato de que este Grupo esteja sendo revitalizado. Creio que a ALADI não pode estar ausente, como esteve, em âmbitos tão complexos e tão exigentes hoje como são os temas científico, educacional e cultural. Portanto, eu celebro a reativação deste Grupo, congratulo-me com a tarefa que está realizando o Representante do Peru, e creio que todos devemos comprometer nosso maior esforço para que este Grupo, que, francamente, tinha morrido, essa é a verdade, recupere protagonismo.

Uma Associação como a de integração não pode ficar por fora dos temas científicos e educacionais contemporâneos se pretendemos ter um papel em nossas sociedades. Obrigado, Presidenta.

PRESIDENTA: Agradecemos à Argentina.

Tem a palavra o Secretário-Geral.

SECRETÁRIO-GERAL: A propósito da consulta da senhora Representante Alternativa do México, informa-me o Subsecretário, Doutor Maidana, que efetivamente essas observações estão sendo consideradas e vai ter uma reunião do Grupo, prevista justamente ao amparo dessas correções ou revisões para fazer uma nova consideração. Digo isso por estar, agora sim, em condições de responder sua pergunta. Obrigado.

PRESIDENTA: Muito obrigada, Secretário-Geral.

Se não houver mais observações sobre este relatório, passaria ao próximo.

- Comércio Eletrônico e Tecnologias da Informação e das Comunicações

que é o Comércio Eletrônico e as Tecnologias da Informação e das Comunicações. Para isso, ofereço a palavra ao Coordenador, que é o Representante do Chile.

Representação do CHILE (Oscar Quina Truffa): Obrigado, senhora Presidenta.

Tenho a honra de informar que nestes momentos estamos fazendo na Secretaria a Terceira Reunião Presencial dos Especialistas em Certificação de Origem Digital e isso nos levou a suspender o Fórum Virtual sobre Certificação de Origem Digital, pois esperamos os resultados que surgirão amanhã desta Terceira Reunião Presencial.

O debate ocorrido no interior do Fórum tem concluído que aquela data que tínhamos estabelecido para iniciar e entrada em andamento da certificação, 4 de setembro, é bem possível que sofra uma demora. Pessoalmente, como Coordenador, espero que não seja de mais de 30 dias, porque os técnicos precisam de mais tempo para poder ajustar os sistemas. Essa foi uma solicitação deles, mas a Coordenação a acolheu por razões óbvias.

Depois, está em pleno desenvolvimento o Fórum Virtual sobre a Assinatura Eletrônica, usando como base uma minuta de Acordo de Alcance Regional que despertou interessantes inquietudes sobre o alcance que pode ter uma assinatura eletrônica, que certamente terminará de ser definida em uma reunião de Responsáveis Governamentais na matéria. Isso vai nos conduzir a uma Reunião Presencial sobre a assinatura eletrônica e vai esclarecer algumas dúvidas de caráter jurídico que ainda temos nesta espécie de subgrupo dentro do grupo de assinatura eletrônica.

Além do mais, vemos com enorme beneplácito que na Cúpula do MERCOSUL tenha sido resgatado o tema da assinatura eletrônica, e como consta textualmente do comunicado conjunto, coloca "a necessidade de contar com o reconhecimento da eficácia jurídica da assinatura eletrônica avançada." Creio que isso mostra uma vontade política de trabalhar com mais força, com mais dedicação e com maior profundidade, pois há um consenso, tanto no MERCOSUL quanto em outros organismos da necessidade de procurar as definições jurídicas sobre esta matéria, tarefa que, obviamente, estamos fazendo com a Secretaria.

Esse é meu relatório, senhora Presidenta, muito obrigado. Agradeço também aos Representantes.

PRESIDENTA: Agradecemos ao Representante do Chile seu relatório em um tema de tanta transcendência para nossos trabalhos. Informa a Secretaria que os termos de referência estão sendo revisados. Quero oferecer a palavra se houver qualquer comentário sobre este assunto.

Não sendo assim, considero encerrado este ponto de nossa agenda.

6. Convocação para o Conselho Assessor Empresarial e Estabelecimento de Normas Provisórias para seu Funcionamento (ALADI/CR/PA 101/Rev. 1)

Passamos ao ponto número 6, que é a Convocação para o Conselho Assessor Empresarial e Estabelecimento de Normas Provisórias para seu Funcionamento. Para isso, foi distribuído o documento ALADI/CR/PA 101/Rev. 1, que inclui o projeto de Acordo de Convocação do Conselho; coloco-o à disposição do Comitê para sua aprovação.

Ofereço a palavra à Representação da Argentina.

Representação da ARGENTINA (Juan Carlos Olima): Como todos lembrarão, na última sessão do Comitê tínhamos encaminhado o projeto de acordo que tinha deixado duas datas abertas, o único assunto que suscitou alguma dificuldade naquele momento.

Das opiniões manifestadas naquele momento, ficou claro que a maioria das Representações preferia a data do mês de novembro; conseqüentemente, no documento revisão 1, o único que fizemos foi modificar as datas. Portanto, creio que não teremos dificuldades para aprová-lo. Obrigado, Presidenta.

PRESIDENTA: Obrigada, Embaixador.

Há alguma observação?

Tem a palavra a Representação do México.

Representação do MÉXICO (Dora Rodríguez Romero): Obrigada, senhora Presidenta.

Na reunião anterior, nós tínhamos manifestado que, conforme as informações que tínhamos, preferíamos ou eram mais convenientes para nós as datas de outubro, mas dadas as manifestações feitas aqui naquela ocasião, fizemos um esforço, fizemos gestões e estamos nos unindo ao consenso, senhora Presidenta.

PRESIDENTA: Muito obrigada, México. Havendo, então consenso sobre este particular, o Acordo é aprovado e ficaria registrado sob o número 255.

“ACORDO 255

CONVOCATÓRIA DO CONSELHO ASSESSOR EMPRESARIAL E ESTABELECIMENTO DE NORMAS PROVISÓRIAS PARA SEU FUNCIONAMENTO

O COMITÊ de REPRESENTANTES,

TENDO EM VISTA O Artigo 42 do Tratado de Montevideu 1980, as Resoluções 59 (XIII), 60 (XIII) e 61 (XIII) do Conselho de Ministros; as Resoluções 97, 295 e 306 e o Acordo 145 do Comitê de Representantes.

CONSIDERANDO Que o Artigo 42 do Tratado de Montevideu 1980 prevê no âmbito do estabelecimento de órgãos auxiliares de caráter consultivo, que estejam integrados por representantes dos diversos setores da atividade econômica de cada um dos países-membros;

Que a Resolução 59 (XIII) do Conselho de Ministros, ao aprovar as bases de um programa para a conformação progressiva de um Espaço de Livre Comércio (ELC) na ALADI, estabeleceu, junto com a Resolução 60 (XIII), que sejam desenvolvidas ações para impulsionar uma maior participação dos setores trabalhista, empresarial e outros, no processo de integração;

Que os componentes do ELC contidos na Resolução 59 (XIII), bem como o acionar indicado na Resolução 60 (XIII) para sua concretização, destacam o setor das pequenas e médias empresas (PMEs) nas atividades que forem implementadas para os objetivos propostos;

Que a Resolução 295 do Comitê de Representantes, pela qual foi criado o Grupo de Trabalho sobre a Participação das Forças Produtivas no Processo de Integração, estabeleceu que, no desempenho de seu mandato, dará especial atenção à participação das PMEs no processo de integração, bem como de outras formas de organização, tais como as cooperativas, comunidades indígenas, solidárias e outras;

Que, continuando com o cumprimento dos mandatos mencionados, o Grupo de Trabalho sobre a Participação das Forças Produtivas no Processo de Integração, recomendou a convocação do Conselho Assessor Empresarial, incluindo os setores empresariais e demais forças produtivas no processo de integração;

Que a Resolução 306 do Comitê de Representantes, que aprovou o Orçamento por Programas da Associação para o ano 2006, prevê a realização da Reunião do Conselho Assessor Empresarial;

Que nesse sentido, é necessário gerar as condições que possibilitem o desenvolvimento de ações pelo Conselho Assessor Empresarial, no âmbito das novas orientações estabelecidas pelo Conselho de Ministros, destinadas a concretizar um maior relacionamento e participação dos setores mencionados no processo de integração; e

Que é necessário iniciar um processo de trabalho com os setores envolvidos para a elaboração de um novo Regulamento para o funcionamento do Conselho Assessor Empresarial, para cujos efeitos é conveniente estabelecer normas provisórias até que o mencionado Regulamento não seja aprovado.

ACORDA:

PRIMEIRO.- Convocar o Conselho Assessor Empresarial, no âmbito de uma série de reuniões que possibilitem a participação dos atores dos diferentes níveis empresariais e demais forças produtivas dos países-membros.

SEGUNDO.- As reuniões do Conselho Assessor Empresarial desenvolver-se-ão em etapas, abrangendo a participação das grandes empresas; as micro, pequenas e médias empresas; e de outras formas de organização (tais como as cooperativas, comunidades indígenas, solidárias e outras), representadas pelas entidades nacionais que agrupem os setores assinalados anteriormente, de acordo com as características das organizações em cada um dos países-membros.

TERCEIRO.- Aprovar as seguintes normas provisórias para o desenvolvimento das reuniões em etapas do Conselho Assessor Empresarial, as quais regerão até a aprovação do novo Regulamento para o funcionamento do mesmo:

- 1) O Conselho Assessor Empresarial estará integrado pelos delegados representantes das entidades nacionais que agrupem os setores indicados no Artigo segundo.

- 2) O Conselho Assessor Empresarial poderá realizar sessões, por setores ou em conjunto, com a presença de delegações de pelo menos dois terços dos países-membros, que serão acreditadas pelas Representações Permanentes respectivas junto ao Comitê de Representantes. Cada delegação elegerá entre seus integrantes um delegado titular e um alterno, que será informado à Secretaria-Geral.
- 3) Para cada reunião, serão eleitos um Presidente e dois Vice-Presidentes entre os delegados titulares assistentes às reuniões, os quais, no possível, serão nacionais das três categorias de países da ALADI.
- 4) As recomendações serão adotadas por consenso. Se não for possível, as mesmas serão adotadas conforme as normas do Tratado de Montevideu 1980.
- 5) A Secretaria-Geral da ALADI prestará o apoio técnico e administrativo às reuniões do Conselho Assessor Empresarial e elaborará um relatório das mesmas.

QUARTO.- A Secretaria-Geral enviará ao Comitê de Representantes, prévia consideração do Grupo de Trabalho sobre Participação das Forças Produtivas no Processo de Integração, um projeto de Regulamento para o funcionamento do Conselho Assessor Empresarial, levando em conta o âmbito jurídico vigente da Associação e as recomendações emanadas das reuniões desse Conselho.

QUINTO.- Convocar a Primeira Reunião do setor das micro, pequenas médias empresas do Conselho Assessor Empresarial para os dias 13 e 14 de novembro de dois mil e seis, na sede da Associação. Para essa reunião se prevê, pela ALADI, o financiamento para um delegado representante de cada país-membro.

As seguintes etapas serão convocadas posteriormente pelo Comitê de Representantes.”

7. Relatório da Presidenta da Comissão de Orçamento por Programas. (ALADI/CR/di 2291) Transferência de Créditos Orçamentários (ALADI/CR/PA 102)

Esse ponto foi concluído, passamos então ao ponto número 7, que é o Relatório da Presidenta da Comissão de Orçamento por Programas. Os documentos constam de nossa Ordem do Dia.

Para este ponto, vou oferecer a palavra à Presidenta da Comissão de Orçamento por Programas, para que apresente o relatório correspondente. Também foi elaborado um Projeto de Acordo para fazer uma transferência de créditos orçamentários, que imagino que está em todas as pastas e que devem ter tido tempo para vê-lo.

Ofereço a palavra à Embaixadora da Colômbia.

Representação da COLÔMBIA (Claudia Turbay Quintero): Muito obrigada, Presidenta.

O relatório da Presidência da Comissão de Orçamento por Programas foi distribuído anteriormente sob o número de documento informativo 2291. Todas as Representações

devem tê-lo lido e está hoje em nossas pastas, junto com o projeto de Acordo mencionado por Vossa Senhoria sob o número 102.

Antes de informar sobre nossa última reunião do dia 24 de julho quero começar agradecendo a participação dinâmica de todas as Representações e da Secretaria-Geral; cada vez mais, estas reuniões da Comissão de Orçamento por Programas vão tendo uma dinâmica particular; e não estamos nos referindo apenas à execução orçamentária, mas temos a possibilidade de ir vendo a correspondência entre a execução e o cumprimento e a filosofia que estamos tendo para o desenvolvimento dos programas.

Com freqüência estamos fazendo observações que vemos que é necessário discuti-las em conjunto, mas que devemos encaminhá-las aos correspondentes Grupos de Trabalho, que são quem deve elevar ao Comitê de Representantes a parte temática, falando setorialmente.

Na reunião de 24 de julho, revisamos 3 documentos importantes: o primeiro referiu-se à execução orçamentária da ALADI, sob os números 1994 e 1991. Fizemos também a revisão da situação financeira da Associação com os documentos 1992 e 1995, e do cumprimento do orçamento por programas da Associação nos meses de maio e junho.

Todos os documentos foram aprovados pela Comissão, no entanto, houve alguns comentários que vou mencionar. O primeiro está ligado à política de liquidação das contas devedoras com as instituições bancárias e com o Fundo de Previsão dos funcionários; ali aproveitamos para ver que essa liquidação de dívidas está diretamente ligada, também, às contribuições que os países vamos fazendo. De forma que aproveitamos essa ocasião para recordar nosso exercício permanente perante nossos países para que, à medida que cumpramos, tenhamos a capacidade de exigirmos ou reformular, pois é preciso que haja uma relação claríssima entre o cumprimento da Associação e o cumprimento de nossos países perante a Associação.

Por isso, hoje, como Vossa Senhoria assinalou, vemos com grande satisfação as contribuições feitas pela Delegação do Brasil e pela Representação do Chile, pois vão facilitando nossas expectativas, além de nossos próprios assinalamentos.

Segundo, quanto ao cumprimento do Orçamento por Programas, também ao rever as diferentes atividades, sempre estamos ávidos e desejosos de contar com as informações oportunas de cada documento que venha a ser produzido no Grupo de Trabalho ou na Secretaria-Geral; neste caso, foi solicitado um documento que já foi distribuído pela Secretaria-Geral, referido à convergência da CASA.

Igualmente, em cada uma dessas reuniões da Comissão, vamos sendo capazes de abrir as informações das despesas e da execução orçamentária, satisfazendo, assim, as inquietações das diferentes Representações e chegando ao que denominamos, com o benefício da palavra, "transparência". Cada vez mais, em nossa reunião como Comissão, falamos sobre a necessidade de irmos estabelecendo e conhecendo, com a maior amplitude possível, essas execuções. Por isso, a Presidência solicitou à Secretaria-Geral um quadro informativo complementar que se está estabelecendo como regular, como no caso dos PMDERs, os contratos assinados até 17 de julho, que foram os últimos que pudemos revisar naquela reunião, mas com ônus para exercícios de créditos anteriores, de forma que é possível detalhar com a maior precisão as informações que qualquer Representação quiser observar.

Além do mais, não houve comentários particulares e foi estabelecido como um quadro que será apresentado de forma permanente e que será atualizado segundo os avanços que ocorram no próprio Grupo de Trabalho, neste caso, os PMDERs.

Naquela ocasião, uma das Representações expressou, também, que há alguns projetos que começarão a ser executados em breve, quais sejam, o apoio ao fortalecimento produtivo do setor lácteo e o controle dos níveis de ocratoxina na cultura do café. Falou-se sobre outros documentos, como o da implementação de uma política de cooperação que, como reitero, ainda não têm ligação com o orçamento em si, mas é a revisão que fazemos do cumprimento temático de nossos compromissos e serve-nos para dar-lhe o impulso que pretendemos.

Igualmente, ao rever o orçamento, uma das Representações, que teve a iniciativa de apresentar um documento para mostrar uma proposta com algumas modificações metodológicas à construção, à apresentação e ao formato do orçamento, que por sua vez será circulada entre as diferentes Representações, para que, dessa forma, possamos ir atingindo um consenso, e que quaisquer das modificações que venham a ser feitas, correspondam a um trabalho coletivo.

Outrossim, na Comissão de Orçamento por Programas falou-se da necessidade de que fizéssemos uma tentativa e um esforço particular para neste ano para que o orçamento da Associação para o próximo ano seja apresentado mais rápido e não em 31 de outubro, que é a data prevista, mas que tentemos nos adiantarmos um mês, em setembro. A Secretaria expressou sua vontade de fazê-lo assim e a Presidência e os membros da Comissão, o que fizemos foi fazer um chamado aos diversos Grupos de Trabalho para que façam um esforço particular e apresentem suas atividades, seus programas à Secretaria, para que dessa forma possamos tornar realidade esse objetivo. Além disso, há outra solicitação de um dos Grupos de apresentar um relatório acumulado do cumprimento dos programas de atividades desde janeiro até junho de 2006, e a Secretaria comprometeu-se em cumpri-lo.

Finalmente, como já manifestei, estes relatórios foram todos aprovados, mas a Secretaria-Geral apresentou à Comissão um projeto de Acordo que a Comissão aprovou e elevamo-lo aqui para autorizar o traslado do crédito de U\$ 450, com vistas a compensar as maiores responsabilidades da funcionária que originalmente tinha sido trasladada ao gabinete de Protocolo; o texto do projeto de Acordo número 102 é o seguinte:

“O COMITÊ de REPRESENTANTES,

TENDO EM VISTA O Tratado de Montevideu 1980, Artigo 38, letra m), o Artigo 20 da Resolução 255 e o Artigo 17 da Resolução 306 do Comitê de Representantes.

CONSIDERANDO A necessidade de reforçar a parcela orçamentária de Compensação pelo Exercício de Cargos de Particular Responsabilidade e Confiança, por motivo da designação de funções a uma funcionária da categoria administrativa,

ACORDA:

Artigo único.- Autorizar a Secretaria-Gral a transferir do subitem 1.2.1 - “Bonificações Ordinárias” a quantia de US\$ 450 (quatrocentos e cinquenta dólares americanos) para o subitem 5 - “Compensação pelo Exercício de Cargos de Particular Responsabilidade e Confiança”, para serem utilizados durante o segundo semestre do ano 2006.”

Essa é a solicitação que a Comissão de Orçamento por Programas apresenta ao Comitê de Representantes. É tudo o que tinha a informar.

PRESIDENTA: Muito obrigada, Embaixadora, por seu completo e explícito relatório sobre a execução orçamentária da Organização, que é uma espécie de coluna vertebral de nosso Organismo, pois para que possa funcionar, tem de estar bem organizado em seu orçamento.

A Embaixadora da Colômbia está nos apresentando um projeto de Acordo. Eu gostaria de saber se há qualquer observação a respeito deste particular. A Delegação do Brasil tem a palavra.

Delegação do BRASIL (Bernardo Pericás Neto): Obrigado, senhora Presidenta.

Para começar, quero agradecer à senhora Embaixadora da Colômbia seu relatório. Vejo que a Comissão de Orçamento por Programas continua em muito boas mãos e fazendo muito bem seu trabalho.

Segundo, senhora Presidenta, eu queria pedir uma pequena precisão neste projeto de Acordo no primeiro parágrafo, que menciona o Artigo 17 da Resolução 306. Acontece que a Resolução 306 apenas tem 4 artigos. De fato, creio que se refere ao Anexo 1 da Resolução 306, Disposições gerais, etc., então, eu quero, por uma questão de precisão, fazer uma modificação. Obrigado.

PRESIDENTA: Muito obrigada, Embaixador, por sua oportuna observação. Dou a palavra ao Secretário-Geral.

SECRETÁRIO-GERAL: Obrigado, senhora Presidenta. Eu sabia dessa imprecisão e agradeço ao senhor Delegado do Brasil que a tenha assinalado no cerne do Comitê. Obrigado.

PRESIDENTA: Obrigada, Secretário. Então, não havendo observações sobre este acordo, é aprovado sob o número 256.

“ACORDO 256

TRANSFERÊNCIA DE CRÉDITOS ORÇAMENTÁRIOS

O COMITÊ de REPRESENTANTES,

TENDO EM VISTA O Tratado de Montevideu 1980, Artigo 38, letra m), o Artigo 20 da Resolução 255 e o Artigo 17 do Anexo I da Resolução 306 do Comitê de Representantes.

CONSIDERANDO A necessidade de reforçar a parcela orçamentária de Compensação pelo Exercício de Cargos de Particular Responsabilidade e Confiança, por motivo da designação de funções a uma funcionária da categoria administrativa,

ACORDA:

Artigo único.- Autorizar a Secretaria-Gral a transferir do subitem 1.2.1 - “Bonificações Ordinárias” a quantia de US\$ 450 (quatrocentos e cinquenta dólares americanos) para o subitem 1.5 - “Compensação pelo Exercício de Cargos de Particular Responsabilidade e Confiança”, para ser utilizada durante o segundo semestre do ano 2006.”

Concluiríamos este ponto da Ordem do Dia. Desculpe, a Representação da Argentina, desculpe, não o vi.

Representação da ARGENTINA (Juan Carlos Olima): Eu também quero me unir às felicitações ao trabalho da Coordenadora da Comissão, a Representação da Colômbia (sic), mas queria também fazer uma reflexão sobre este tema, já aprovado, o tema da transferência de créditos orçamentários.

De fato, não me sinto totalmente à vontade com que nós estejamos aprovando uma transferência de U\$S 450. Parece-me que deveria haver alguma disposição de caráter geral, etc., que quando se refere a montantes mínimos, como neste caso, deveria existir um mecanismo mais ágil e considero que poderíamos estabelecê-lo com facilidade. Porque, realmente, que o Comitê da ALADI... Eu sentiria certo pudor de que em uma ata da ALADI se visse que seu Comitê está se ocupando de uma transferência de um montante de U\$S 450; considero que não é sério, francamente parece-me que não é sério. Acredito que deveríamos procurar um mecanismo e, se houver certo consenso a respeito disto, poderíamos pedir à Comissão de Orçamento que elabore uma norma de caráter geral, onde no caso de pequenos montantes desta natureza, seja suficiente com a aprovação pela Comissão. Obrigado, Presidenta.

PRESIDENTA: Obrigada, Embaixador.

Não sei se Vossa Senhoria está submetido às pressões que temos nas missões, pois eu tenho que enviar comprovantes por 1 dólar a minha administração. Considero que é uma norma sadia.

Que seja refletido na Comissão se é preciso mudá-la, mas creio que também os conceitos devem ser claramente ventilados na Comissão de Orçamento, para isso existe. Portanto, eu pediria à Presidenta da Comissão que fizesse uma reflexão sobre esse particular em seu Grupo. A Argentina tem a palavra.

Representação da ARGENTINA (Juan Carlos Olima): Obrigado, Presidenta.

A cada ano, quando é aprovado o orçamento, também são aprovadas as normas que regulam o orçamento. Portanto, não parece difícil poder pôr uma disposição como a que nós estamos propondo; faça-se a reflexão adequada na Comissão de Orçamento por Programas. Obrigado, Presidenta.

PRESIDENTA: Obrigada. Dou a palavra ao Secretário-Geral.

SECRETÁRIO-GERAL: Mui brevemente e sob risco de que a Ata registre mais que no insumo do funcionamento da Sala que o próprio montante em questão. Eu tenho a mesma percepção que a do senhor Representante da Argentina e, provavelmente poderíamos - é uma idéia que como Secretário-Geral me permito apresentar - estabelecer que nesses casos -deveríamos defini-los conceitualmente- não apenas por qualidade, mas também por quantidade, a Comissão pudesse ter essa competência e informar em cada ocasião o Comitê, i.e., mantê-lo informado, evitando qualquer tipo de desinformação.

PRESIDENTA: Muito obrigada, Secretário-Geral. Vamos deixar isto em mãos de nossa Presidenta, em quem confiamos muito, para que se reflita sobre este tema. Obrigada.

Representação da COLÔMBIA (Claudia Turbay Quintero): Certamente o faremos.

PRESIDENTA: Obrigada, Embaixadora. Mais alguma reflexão?

Não; então, fica encerrado este ponto e passamos ao ponto 8.

8. Apresentação da Presidenta do Conselho Assessor Trabalhista (Doc. Inf. 760 e 765)

A apresentação da Presidenta do Conselho Assessor Trabalhista. Conforme nos informou nosso Coordenador do Grupo de Trabalho sobre Participação das Forças Produtivas no processo de integração, na 938ª Sessão do Comitê, a Presidenta do Conselho Assessor Trabalhista, a senhora Silvia Portela, apresentaria propostas emanadas do referido Conselho. Recebê-la é realmente importante para o Comitê e eu convido a senhora Portela para ocupar uma cadeira na Mesa.

- A Presidenta do Conselho Assessor Trabalhista incorpora-se à sessão do Comitê.

Quero, em nome do Comitê, dar as mais cordiais boas-vindas à senhora Portela e ao senhor Representante das forças sindicais do Uruguai. É um dia importante para o Comitê por receber a Presidenta desse órgão, que entendo que celebrou uma única reunião na história da Organização.

Este órgão auxiliar não tem tido a oportunidade de contribuir para nossos trabalhos e creio que agora é o momento. Ofereço a palavra à prezada senhora Portela para que nos explique quais são os alcances da proposta que nos encaminhou e que, embora tenha sido distribuída, o Comitê ainda não teve a possibilidade de analisá-la. Estamos muito contentes de que esteja conosco para partilhá-la.

Tem a palavra, senhora Portela.

CONSELHO ASSESSOR TRABALHISTA (Silvia Portela): Primeiro, queria agradecer a possibilidade de estar aqui, com os senhores, agradecer particularmente ao Doutor Operti, ao Embaixador Olima e ao Doutor Maidana, que nos facilitaram esta reunião.

É uma reunião importante para todos nós, os Representantes de Governo e os Representantes que estamos aqui, pelo Conselho Assessor Trabalhista, porque isto é novo na história de uma Organização tão importante quanto a ALADI, ter o tema social ou trabalhista, não como preocupação, mas como tema da agenda, que por primeira vez esteja incluído.

O Conselho Trabalhista, os senhores sabem que foi aprovado em 1995, mas foi esquecido e foi implementado exatamente no ano passado. Houve algumas gestões

anteriores, inclusive com o Secretário-Geral Rojas, mas concretizou-se no ano passado, com a instalação do Conselho aqui, no início de setembro.

O Conselho, por regulamento oficial da ALADI, tem um papel de assessor do Comitê de Representantes e deveria se reunir, no mínimo, uma vez por ano e pode comentar e contribuir para todos os temas que estão sendo discutidos na ALADI, e encaminhar suas sugestões ao Comitê de Representantes.

Hoje de manhã tivemos um café da manhã de trabalho muito importante e interessante com o Secretário-Geral Operti, o Embaixador Olima, o Subsecretário Maidana e outros funcionários. Aí conversamos até sobre como ir concretizando o Conselho para que deixe de ser uma coisa formal e seja efetivamente um órgão que possa contribuir e ajudar. Nós estivemos recordando que, tanto eu, que sou da CUT do Brasil, quanto Fernando, que é do PIT-CNT do Uruguai fazemos de uma coordenação de Centrais Sindicais do MERCOSUL. E, comentando a importância da experiência que temos como organizações sindicais no MERCOSUL desde seu início, como isso foi importante para nós e como é importante também para os Governos a participação dos sindicatos em diferentes esferas de discussão do MERCOSUL.

É um pouco diferente a experiência sindical ou trabalhista na Comunidade Andina, que também tem um Conselho Consultivo Trabalhista criado há tempo, mas são formas diferentes de participação. No caso do MERCOSUL temos um acesso mais direto e mais presente nas instâncias de negociação; no caso andino, isso ocorre via reunião do Conselho Consultivo Trabalhista - Secretaria-Geral. Ou seja, são formas diferentes, que podem se complementar, mas nós reivindicamos como muito importante a experiência tida no MERCOSUL até hoje, que tem enriquecido o MERCOSUL e, ao mesmo tempo, ampliou e modernizou a agenda sindical, porque passou a tratar temas que antes do MERCOSUL não eram tratados: o livre-comércio, a integração de cadeias produtivas, a qualificação profissional e vários outros que foram introduzidos nas agendas nacionais pelo processo de integração.

Já é diferente a situação do México, porque está participando de um bloco como o NAFTA. Há um órgão que trata os temas trabalhistas, mas não necessariamente envolve participação. Eu sei que no caso mexicano as centrais e as organizações sociais tiveram acesso às negociações, mas via relação com a Secretaria do Comércio mexicana, porém, não há um espaço de participação dentro do NAFTA. Também é diferente a situação de Cuba por não participar de nenhum outro fórum de integração.

Enfim, com tudo isto eu quero dizer que há todo um espaço para construir uma nova cultura do ponto de vista da América do Sul mais o México e Cuba, no que é uma Associação que basicamente e tradicionalmente tratou sempre apenas temas comerciais.

A questão é que também emprego e comércio é um tema novo na agenda global e na regional. Eu digo sempre que antes dos anos 60 e 70, quando ainda estávamos nas políticas de proteção tarifária, de mercados fechados, etc., as relações sindicais estavam ligadas à relação com o Estado e as leis trabalhistas, e a principal preocupação eram as reivindicações ligadas a benefícios sociais, trabalhistas, etc., mas eram relações muito marcadas; e o mercado comercial e o mercado de trabalho, de certa forma, estavam circunscritos ao âmbito nacional pelas condições. Com a globalização da economia e a conformação dos blocos regionais e sub-regionais, o mercado de trabalho também se torna hoje um mercado de trabalho regional e, talvez, global. E hoje, um dos problemas principais -em nosso caso, não é tanto, mas no âmbito mundial é grave- é o tema das migrações, por exemplo, que na América do Norte é um problema bastante complicado.

Embora não esteja o tema das migrações, que as empresas e os comércios estejam integrados, que uma empresa possa desde um país agir em outro, etc., isso gera mudanças substanciais na conformação e no funcionamento do mercado de trabalho.

Até hoje, há pouco tempo, o tema da relação comércio e questões sociais, trabalhistas, estavam muito ligados apenas a discussão de uma cláusula social. Eu considero que essa é outra discussão, não é a que estamos colocando no caso da ALADI; primeiro, porque não corresponde como organismo, segundo, porque isso faz parte da solução e não é a solução toda.

O que apresentamos é, primeiro, vemos na ALADI hoje uma Associação que sempre teve um papel importante na conformação dos acordos bi-regionais ou sub-regionais, mas que certamente está tendo um papel político mais importante com o avanço de um processo de integração no âmbito da América do Sul, fundamentalmente. Então, o papel da ALADI nesse campo... Tanto, que existe a encomenda dos Ministros para que a ALADI faça todos os estudos de harmonização para cumprir o objetivo de criar um Espaço de Livre Comércio latino-americano. Portanto, é nesse avanço e com a ampliação da agenda da ALADI que foi implementado o comércio de bens, e agora tem uma agenda que inclui os temas do transporte, da energia, das telecomunicações, da propriedade intelectual, da certificação de origem, agora inclui também a certificação digital; enfim, também foi ampliada a agenda da ALADI. É imprescindível que nessa ampliação seja incluído também o tema trabalho.

Quando assumimos aqui, no Conselho, eu fiz uma apresentação e disse: não viemos aqui para fazer um capítulo trabalhista da ALADI, nem propor que a ALADI tenha um capítulo trabalhista, isso é o que se faz na OIT; no MERCOSUL e na Comunidade Andina há um âmbito específico para isso. O que queremos é que, nas discussões em curso, ligadas à conformação do comércio, que vão ter ou têm impacto na produção, seja levado em conta o tema da geração de emprego. E que, quando vejamos os impactos que podem gerar os Acordos na conformação do Espaço de Livre Comércio, levemos em conta a produtividade, a competitividade, mas também o emprego, a renda e as condições de vida. Não é possível separar uma coisa da outra.

Portanto, essa é nossa primeira reivindicação e nossa intenção como Conselho Assessor Trabalhista. E posso dizer que esse documento foi encaminhado a todas as centrais antes de ser entregue; não tivemos chance de nos reunirmos, mas pelo menos temos a internet para fazer alguma consulta e a maioria respondeu, no caso andino foi uma resposta em bloco. Estou falando, de fato, do que é, de certa forma, o pensamento geral e nossa preocupação.

Eu gostaria de explicar, primeiro, que essa proposta de pesquisa foi encaminhada, primeiro, porque era uma idéia de como a ALADI estava discutindo um Acordo de Cooperação com o BID, que previa alguns estudos, então, uma sugestão para que uma das pesquisas ou estudos se ocupasse desse tema. Mas isso tudo está ligado ao que estou dizendo de nossas preocupações. Segundo, com o intuito de fazer uma recomendação para a reunião de Altos Funcionários e para a reunião de Ministros, onde serão analisados todos os temas que hoje estão em estudo. Mandaram-me todos os documentos, papéis, eu me perdi no meio dos papéis, que eram demasiados; por isso pensei que deveria fazer uma recomendação ou uma sugestão em temas que não estavam sendo discutidos. É exatamente isso.

Portanto, as propostas são, primeiro, que o tema do trabalho ou do emprego, como preferirem, condições de emprego, geração de emprego e defesa das vagas, seja uma

preocupação na agenda de discussão para a conformação de um Espaço de Livre Comércio, como o que foi proposto nas bases de um programa para a conformação progressiva de um Espaço de Livre Comércio na ALADI, como está previsto na Resolução 60 (XIII).

Segundo, o tema da integração física interessa-nos muito -há pouco estávamos conversando com um funcionário do centro de pesquisas da ALADI- porque a integração física, por exemplo, o livre comércio não necessariamente gera emprego. Por exemplo, uma empresa pode decidir exportar, fazer um processo de modernização de sua planta, uma reestruturação, pode aumentar sua capacidade de produção e reduzir seu número de funcionários; logo, o aumento do comércio não necessariamente gera emprego. Mas, por exemplo, atividades como a construção de um terminal, de uma hidrovía, as telecomunicações, a energia são projetos que geram condições de emprego, embora temporárias; geram oportunidades de trabalho, renovam regiões, enfim, são diferentes situações. Daí o interesse de que, quando o tema da integração física (transporte, energia, etc.) for tratado, também seja levado em conta o tema da geração de emprego, de como envolver as partes sociais, etc.

Outra preocupação é que já existem, tanto no MERCOSUL quanto na Comunidade Andina, iniciativas ligadas às políticas de emprego. Os dois blocos fizeram uma Conferência Regional de Emprego - o MERCOSUL em 2004, a Comunidade Andina em 2005, se não me engano - e em ambos os casos há decisões, há documentos. Há pouco, na Cúpula de Córdoba foram aprovadas as diretrizes do MERCOSUL para uma estratégia de geração de emprego. Conseqüentemente, não pretendemos que a ALADI faça isso, mas que solicite aos Governos, aos Ministros do Trabalho de todos os países, dos blocos que, da mesma forma como estão sendo compatibilizadas ou harmonizadas determinadas políticas de comércio, vejam que esforços podem ser feitos para buscar algumas sugestões ou diretrizes para todos os membros da ALADI, a partir dos documentos e das políticas existentes.

O quarto ponto trata, à luz do que já temos no caso do MERCOSUL, que é o FOCEM e também outros fundos, da discussão pela ALADI da possibilidade de um fundo de apoio à reconversão produtiva. Porque se houver uma medição dos impactos em função dos Acordos de Livre Comércio e da conformação de um Espaço de Livre Comércio, isso vai gerar conseqüências em determinados setores da produção; é preciso ver que políticas poderão ser pensadas para compensar esses impactos negativos.

Por último, o tema da inclusão de estatísticas relativas ao emprego, ao desemprego, etc. no banco de dados da ALADI. Estivemos, inclusive, trocando algumas idéias a respeito disso. Tivemos agora uma idéia que não tratamos de manhã: que, por exemplo, não sei se o Comitê poderia convocar uma reunião dos Altos Funcionários dos Ministérios do Trabalho de toda a região, para discutir como apoiar o trabalho do CAT e, principalmente, como fornecer informações e referências estatísticas à ALADI para que possa incluir em seu banco de dados isso que estamos sugerindo. É importante pensar que a ALADI não está na agenda dos Ministérios do Trabalho e vice-versa. Não se trata de incorporar os Ministérios aqui, é claro, mas talvez uma reunião com funcionários que possam fornecer as informações e contribuir para esta discussão.

Por último, parece-nos muito importante a decisão da ALADI de ampliar sua relação do espaço de participação para os setores trabalhistas, empresariais, que agora começa o processo, também acadêmicos. Para tudo isso é importante para o setor trabalhista ter acesso aos documentos, às informações, às reuniões do Comitê de Representantes e a algumas reuniões dos Grupos de Trabalho que possam estar ligadas aos temas e às

preocupações que estamos apresentando, para uma discussão do orçamento, certamente não podemos contribuir, mas há temas para os quais sim podemos.

Por último, ia vir um colega, Representante da Comunidade Andina, mas tivemos um problema por falta de verbas. Finalmente, a ALADI tentou resolvê-lo, mas já era tarde para conseguir uma passagem. Enfim, ver como é possível melhorar e resolver esse problema para gerar as condições para que o Conselho seja efetivo e não apenas figurativo.

Eis tudo, obrigada.

PRESIDENTA: Muito obrigada, senhora Silvia Portela. Realmente é muito importante sua presença aqui. Obrigada pelo que veio propor. Esse é um assunto fundamental. Eu, em outras vidas fui Representante junto à OIT e conheço... Naquela época era tratado o tema das dimensões sociais da globalização. O Conselho de Administração era presidido justamente pelo Brasil, pelo atual Chanceler Amorim, é um tema que deve estar em todas as organizações deste tipo.

Eu creio que ter feito renascer este Conselho Assessor Trabalhista é realmente um acerto que devemos, em grande parte, ao Embaixador Olima da Argentina. Agrada-nos que ambos estejam aqui. Os senhores sabem o que faz a ALADI, a estas alturas, no que puderam ver do que a ALADI está fazendo. Estamos em um patamar muito inicial do processo de integração. Tivemos essa reunião de Altos Funcionários, na qual atingimos uma primeira etapa; estamos tentando avançar nela e creio que, indubitavelmente, os temas trabalhistas tocarão vários dos temas que nós abordaremos, conforme avancemos.

Nós, no Comitê, não temos tido uma discussão profunda de suas propostas. Foi muito bom que os dois tenham tido o tempo para vir aqui. Definitivamente teremos essa discussão em profundidade. Quero agora dar a palavra a meus colegas, que certamente terão observações a fazer. Começo pelo Embaixador da Argentina.

Representação da ARGENTINA (Juan Carlos Olima): Obrigado, Presidenta.

Eu quero, primeiro, destacar e agradecer a presença dos Representantes do setor sindical. Creio que isto dá uma nova vida à ALADI, tira-nos de uma cúpula de reflexão intelectual para nos submergirmos na realidade. Mas, além disso, estamos cumprindo os mandados que nos deram, i.e., por exemplo, o mandado central que sempre recebemos, tanto faz se é da Resolução 59 (XIII), da 60 (XIII). As reuniões de Altos Funcionários falam de convergência, e aqui nos explicava a senhora Portela, a existência de associações no MERCOSUL, na CAN, uma forma especial de participação do México e de Cuba, e eu me pergunto, que melhor convergência que a que ocorre nas próprias bases de todo este processo?

E quem é que vai fazer esta convergência em matéria trabalhista, se a ALADI não puder? Por isso eu celebro isto e quero comentar-lhes, ademais, que sobre o acesso às informações e a maior participação, hoje de manhã, no café da manhã, foi colocado o tema e, com total franqueza, eu considero - e este é um pensamento que não me pertence, porém, que acho valiosíssimo - como vamos assessorar, se não temos as informações do que ocorre? Como é possível assessorar? Com isto estou antecipando minha opinião. Embora hoje não seja momento para debater este tema, é claro que os setores que representam as forças produtivas devem ter acesso à totalidade das informações pertinentes para o desenvolvimento de suas tarefas. Se temos países Observadores que não têm nada a ver com a região, como não vamos permitir alguma presença às forças trabalhistas, que representam os interesses reais de nossos países.

No decurso da manhã, conversou-se ainda sobre algumas idéias que eu me permito antecipar para que sejam oportunamente incorporadas ao debate. Um deles é um curso que, sobre o tema capacitação para o setor trabalhista, no tocante a tudo o que o liga com o comércio. Mas eles nos disseram, especificamente, não estamos falando em comércio do ponto de vista dos mecanismos operacionais do comércio, mas do conceito de comércio, de suas implicações no processo de globalização, no processo regional. Porque é uma forma, além de que a ALADI colabore para uma melhor capacitação dos diretivos das centrais sindicais, com o que também contribuimos para que a tarefa de assessoramento que eles fazem seja mais completa.

Silvia Portela explicou o tema da necessidade de que os estudos levem em conta o impacto no emprego, tema que considero de máxima importância. Inicialmente, eu entrei em contato com a OIT para ver o que é que eles estão trabalhando nesta matéria: estão começando a montar uma metodologia para isto; portanto, considero que é um momento muito oportuno para que a ALADI se envolva no assunto, porque a realidade é que, quando são estabelecidas metodologias de trabalho e análises em outros hemisférios, em geral, respondem a outras realidades que não refletem as nossas. E, conseqüentemente, as metodologias são inadequadas. Isso ocorre quando estudamos ciências econômicas ou qualquer tema com as metodologias que não são da região. Eu lembro que um colega me ensinava que em todos os estudos de economia do mundo desenvolvido assinalavam que, com uma taxa negativa, não tinha poupança interna; no entanto, na região tem sido demonstrado durante 50 anos que não é verdade.

Então, se nós deixamos que as metodologias de trabalho e de estudo não contem com a participação de nossas realidades, parece-me que estamos fazendo um erro de caráter estratégico, ademais, projetado no tempo. Também por isso celebro toda esta iniciativa.

E encerro isto agradecendo a Silvia e a Fernando. Lamento que o colega da Comunidade Andina de Nações - terceiro Representante desta mesa - não tenha podido chegar e espero francamente que possamos trabalhar de forma cada vez mais próxima e ativa. Obrigado.

PRESIDENTA: Muito obrigada, Embaixador. Ofereço agora a palavra à Embaixadora da Venezuela.

Representação da VENEZUELA (María Lourdes Urbaneja Durant): Obrigada, Presidenta.

Eu também quero me unir à satisfação por esta presença e, com certeza, todos devemos nos felicitar, porque de certa forma, todos nós, este Comitê, é artífice desta realidade depois de tanto tempo; e o Grupo de Trabalho das Forças Produtivas teve aqui um papel muito importante. Portanto, creio que todos estamos contentes porque estamos percorrendo bons caminhos.

Logo, eu queria agradecer e destacar o significado desta presença, que além de ser grupo consultivo, é também um caminho para incorporar presença e participação nestes espaços, onde creio que faz muita falta, certo? Porque há muitos slogans, muitos discursos e "preenchamos de cidadania os espaços de integração". Porém, eu creio que a cidadania ocorre na medida da participação e da incorporação.

Participação e incorporação para dar conteúdo às propostas que no cerne, Silvia dizia-nos há pouco que na conformação do Espaço de Livre Comércio é muito importante focar o tema do trabalho, a incorporação dessa parte das forças produtivas, i.e., os trabalhadores e

as trabalhadoras de nossa região. Conseqüentemente, é muito importante nesse sentido, porque a produtividade tem a ver com essa distribuição tradicional do capital e do trabalho; e unicamente assim, unicamente com trabalho podemos produzir a riqueza que precisamos e, com certeza, o impacto nas condições de vida das pessoas. Isso parece uma retórica ideológica de alguém, mas Silvia o disse e eu acredito que é assim: sem os trabalhadores, não poderemos e, certamente, também não sem os empresários.

O espaço das forças produtivas tem essa virtude; e como articulamos as propostas e a participação para que não estejam ausentes nem uns nem outros... Estamos ressuscitando ambos, porque nenhum dos dois estava presente aqui. E a presença de Silvia e Fernando hoje é muito importante para dar conteúdo a esses mandados, como dizia o Embaixador Olima há pouco.

Portanto, agradeço este relatório e todas as preocupações e as propostas que nos deixou. Imagino que continuaremos analisando com tranquilidade e lendo os documentos que nos encaminham. E os senhores também continuarão a exercer o papel de Conselho Assessor e, além disso, participativo. Obrigada.

PRESIDENTA: Muito obrigada, Embaixadora. Dou a palavra ao Embaixador do Brasil.

Delegação do BRASIL (Bernardo Pericás Neto): Muito obrigado, senhora Presidenta.

Igualmente, para me unir aos colegas que falaram antes na avaliação da importância desta primeira participação do Conselho Assessor Trabalhista em uma reunião do Comitê.

O fato de o setor trabalhista ser de suma importância para os trabalhos da organização tinha sido reconhecido há muito tempo. Mas, de fato, não tinha sido implementado, o conselho Assessor Trabalhista nunca tinha funcionado, apesar de ter sido criado, creio que no ano 85. É para nos felicitar pela efetiva colocação em andamento deste Conselho. Tenho certeza de que vai nos ajudar muito em paralelo à reativação do Conselho Assessor Empresarial, que estamos esperando, e, ainda, a interação entre os dois Conselhos certamente vai nos dar uma visão mais clara de em qual direção devemos andar em nosso esforço para desenvolver o Espaço de Livre Comércio no âmbito da ALADI.

Agradeço mais uma vez a importante presença da Mesa pelo menos de duas pernas da Mesa Diretiva do Conselho Trabalhista. Queria, ainda, desde hoje manifestar o apoio de nossa Delegação ao pedido feito no documento que foi circulado em abril para que, no âmbito de sua cooperação com o BID, a ALADI encomende um estudo sobre o impacto do comércio nas questões do emprego e do desemprego ou desocupação em nossa região.

Muito obrigado.

PRESIDENTA: Muito obrigada, Embaixador do Brasil.

Dou a palavra a nosso Secretário-Geral.

SECRETÁRIO-GERAL: Obrigado, senhora Presidenta.

Eu também gostaria, em nome da Secretaria-Geral, de expressar nossa satisfação pela presença e a participação do setor trabalhista nos trabalhos da Associação. Isso é um claro sinal de que estamos cumprindo o mandato da Resolução 59 (XIII), com os avanços que foi possível atingir no caso do Conselho Assessor Trabalhista, com uma forma institucional de funcionamento que nos facilitou muito essa convocação.

Estamos em processo. Ainda hoje terminamos de aprovar um Acordo de Convocação para p mês de novembro do Conselho Assessor Empresarial. No tocante ao pilar acadêmico de construção mais difusa, de certa forma, menos convencional, mais espontânea, porque não funciona com base em instituições pré-constituídas, mas vai se desenvolvendo conforme empreendimentos de ensino superior são adidos à idéia de que a integração deve fazer parte de seu programa de estudo e de pesquisa.

De modo que, como Secretario General, vejo com beneplácito que os mandados que nos deu o corpo político desta Associação, i.e., neste caso, o Conselho de Ministros, estão sendo desenvolvidos em harmonia e conjunção com a Secretaria-Geral pelo Comitê, corpo político. Portanto, queria deixar constância expressa disso. Obrigado.

PRESIDENTA: Muito obrigada, Secretário-Geral.

Não há mais pedidos da palavra. Portanto, apenas resta dizer, em nome do Comitê, mais uma vez, com quanta satisfação recebemos a presença da Presidenta do Conselho Assessor Trabalhista, a senhora Silvia Portela, e do senhor Fernando Berasain. É realmente muito importante que os senhores continuem com seu trabalho, que atualiza os trabalhos desta Associação. Agradeço mais uma vez e continuamos em contato. Muito obrigada.

9. Assuntos diversos

Muito bem, para concluir nossa agenda de hoje temos o ponto 9, Assuntos Diversos. Alguma Representação gostaria de fazer uso da palavra?

O Embaixador do Peru tem a palavra.

Representação do PERU (William Belevan Mc Bride): Obrigado, senhora Presidenta. Tentarei ser o mais rápido possível.

Apenas para recordar aos colegas que em 28 de julho foi a posse do novo Presidente no Peru e o Presidente, o Doutor Alan García Pérez, assumiu suas funções como Chefe de Estado.

Igualmente, queria informar que o Presidente da República designou para Chanceler do Peru o Doutor José Antonio García Belaúnde, que é um velho conhecido de nós todos no âmbito da integração, e portanto, uma magnífica notícia. E, ainda, que a Comunidade Andina perdeu seu Secretário-Geral, o Embaixador Allan Wagner, também conhecido de todos nós, pois foi designado Ministro de Defesa do Peru.

Quero, também, concluir esta brevíssima intervenção assinalando que o novo Vice-Ministro, Secretário-Geral da Chancelaria, é o Embaixador Gonzalo Gutiérrez, que era minha contraparte direta, porque era o Subsecretário de Assuntos Econômicos da Chancelaria, também um especialista em assuntos de integração. Acredito que são todas boas notícias e que nos auguram um bom jogo de pingue-pongue. Obrigado, senhora Presidenta.

PRESIDENTA: Muito obrigada, Embaixador Belevan, por todas essas boas notícias. Certamente todas essas designações redundarão no bom andamento da Organização.

Dou a palavra ao Embaixador da Argentina.

Representação da ARGENTINA (Juan Carlos Olima): Obrigada, Presidenta. Há poucos dias fomos convidados para participar de uma reunião, uma coletiva da qual participou Enrique Iglesias e o Ministro Lepra do Uruguai, antecipando-nos, no âmbito da preparação da Cúpula Ibero-Americana, a organização de uma reunião de Ministros da Energia em 26 e 27 de setembro.

Junto com isso recebemos, também oportunamente, a informação de que a Secretaria da ALADI -que tem um Acordo de Cooperação de combinação com instituições como a OLADE, a ARPEL; etc.- foi convidada para participar de um evento, de 6 a 8 de setembro, na cidade do México. Evento que, por sua vez, no tocante a todos esse Organismos energéticos que mencionamos, o Secretariado, neste momento está, justamente, nas mãos da ALADI. Como, de um lado, o tema energético está em nossa agenda e, de outro, há várias iniciativas ligadas ao tema energético, reuniões, etc., e a Secretaria-Geral está cumprindo esse papel, creio que seria muito útil que, em uma próxima reunião do Comitê, a Secretaria apresentasse um relatório sobre o que está acontecendo no setor energético e que nos informe de todos esses temas; acredito que é importante para todos ter as informações e fazer um acompanhamento do assunto.

Obrigado, Presidenta.

PRESIDENTA: Muito obrigada, Embaixador Olima por essa contribuição. Considero que é uma excelente idéia que estejamos atualizados neste tema que preocupa e ocupa a todos.

Ofereço a palavra à Embaixadora da Colômbia.

Representação da COLÔMBIA (Claudia Turbay Quintero): Muito obrigada. Quero fazer uso da palavra para, nesta parte de nossa sessão, informar e recordar a todos a nova mudança de Governo na Colômbia, que os senhores sabem que nosso Presidente Álvaro Uribe Vélez foi reeleito de forma gritante.

A posse ocorrerá em 7 de agosto próximo; a Chanceler será María Consuelo Araujo, que fez parte do Gabinete do Presidente no Governo que conclui agora, foi Ministra da Cultura, agora inicia este segundo mandato como Chanceler.

A Chanceler Barco, que os senhores todos conhecem, será Embaixadora da Colômbia nos Estados Unidos e um dos encargos fundamentais que a Chanceler Barco tem é continuar fortalecendo o Tratado de Livre Comércio com os Estados Unidos, que já é praticamente um fato político comercial entre as relações de nossos países. De modo que, queria apenas informar que isso ocorrerá daqui a quatro dias em nosso país.

Também é bom saber que, justamente, como o Secretário-Geral da CAN saiu para ser Ministro de Defesa no novo Governo do Peru, interinamente, está a cargo da Secretaria-Geral da CAN um colombiano, o senhor Alfredo Fuentes.

PRESIDENTA: Agradeço muito à Embaixadora da Colômbia essas importantes informações. Peço desculpas ao Uruguai, porque, como o cartaz está virado do lado preto, não o vi antes. Dou a palavra à Representação do Uruguai.

Representação do URUGUAI (Linda Rabbaglietti) Muito obrigada, Presidenta.

Apenas para solicitar aos demais Representantes que façam os maiores esforços para responder o mais rápido possível a Nota 118/06, que foi distribuída pela Secretaria, por

meio da qual solicitamos aos países certas informações necessárias para que no Grupo de Trabalho de Financiamento possam ser realizados certos trabalhos que já foram acordados. Eis tudo, muito obrigada.

PRESIDENTA: Agradecemos à Representação do Uruguai essa recordação, da qual todos devem ter tomado nota.

Tem a palavra a Representação do Brasil.

Delegação do BRASIL (Bernardo Pericás Neto): Obrigado, Presidenta.

Presidenta, apenas para informar o Comitê que nós já recebemos da Secretaria, há mais ou menos duas semanas, toda a documentação dos estudos que tinham sido solicitados pelos Presidentes na reunião da Comunidade Sul-Americana, que ocorreu em Brasília.

Portanto, essa documentação toda já foi devidamente circulada pela Secretaria Pró-tempore da Comunidade que, neste caso é o Brasil, e entregue aos demais membros na Cúpula do MERCOSUL que ocorreu em Córdoba. Quero deixar registro desse agradecimento à Secretaria da ALADI, bem como às Secretarias da CAN e do MERCOSUL, e às Secretarias das demais organizações que participaram da preparação desses documentos. Muito obrigado.

PRESIDENTA: Muito obrigada, Embaixador do Brasil.

Não há mais pedidos de Representações; ofereço a palavra a nosso Secretário-Geral.

SECRETÁRIO-GERAL: Mui brevemente, levando em conta a hora avançada, para informar, como se faz habitualmente, sobre a participação do Secretário-Geral em duas instâncias internacionais.

A primeira delas, o 58º Período de Sessões da Comissão de Direito Internacional das Nações Unidas; nessa ocasião também tivemos chance de manter reuniões de trabalho com a Diretora da Divisão de Comércio Internacional de Bens e Serviços e Produtos Básicos da UNCTAD, a senhora Lakshmi Puri, que está nos visitando hoje e amanhã. Nessa ocasião pudemos acertar os detalhes do seminário conjunto UNCTAD - ALADI que está ocorrendo, justamente desde terça-feira, nesta mesma Sala e do qual a própria Embaixadora Presidenta pôde também participar, bem como outras Representações. Seminário ao que demos grande importância; houve um módulo destinado especificamente a dois temas que são muito importantes, i.e., o impacto negativo ou qualquer outro da suspensão da Rodada de Doha, seus efeitos na região e possíveis reações da mesma respeito a esse assunto e, particularmente, o ELC, que será considerado hoje, de uma visão extramuros da ALADI, que será adida à visão interna da própria ALADI.

Foram destinadas, além do mais, várias sessões de trabalho ao tema do comércio de bens e serviços, especialmente o ligado ao tema de subsídios, subvenções, salvaguardas. Portanto, acredito que está sendo um seminário de alto nível. Conta também com a participação de funcionários de alto nível e da senhora Representante Permanente da Colômbia junto à OMC, Embaixadora Claudia Uribe, quem forneceu informações juntamente com toda a equipe de primeiro nível.

Quanto à Comissão de Direito Internacional, se Vossa Senhoria me permite, Embaixadora Carvalho, eu queria apenas dizer o seguinte: nos temas de interesse regional,

a cargo da Comissão, destaco três. E dado que foi minha última presença neste Período de Sessões, pois não haverá participação uruguaia nos trabalhos seguintes, mas sim de vários Representantes da região: dizer que na pasta há três temas de alto interesse para a região, e alguns, especificamente, para a ALADI:

Os recursos naturais compartilhados, águas subterrâneas transfronteiriças, que é justamente o tema dos aquíferos, que como sabemos, já tem um desenvolvimento também regional pelo aquífero Guarani e que foi ou está sendo objeto de um tratamento de codificação progressiva, tanto a cargo das Nações Unidas quanto do próprio MERCOSUL. Chamo a atenção para este tema, pois é um recurso natural sobre 1.200.000 quilômetros quadrados de superfície, com águas subterrâneas de temperaturas variáveis, de até 2.000 metros de profundidade, águas doces, um recurso natural realmente de extraordinário valor e creio que os países da região e os Governos deveriam prestar muita atenção a esse petróleo branco que, certamente, será um recurso mui demandado no futuro em um mundo onde a água doce é escassa.

O segundo tema, também, sem dúvida, de interesse para a ALADI, é o capítulo da Responsabilidade das Organizações Internacionais, apenas, onde o encarregado de relatar é o professor Giorgio Gaja, da Itália, quem apresentou seu quarto relatório. Este tema preenche o vazio da Convenção sobre a responsabilidade dos Estados, i.e., este tema sempre foi visto como um tema muito claro, muito linear, ao contrário do das Organizações Internacionais. Destaco a importância e a vigência deste tema; e isso vai naturalmente ligado à responsabilidade por ações políticas, por ações de preservação da paz, por ações econômicas; e, no campo da integração abre-se um capítulo sobre qual é a responsabilidade das Organizações de Integração como órgão tutelares dos Acordos Comerciais e, no caso específico da ALADI, por exemplo, qual é sua responsabilidade na satisfação dos critérios para assentar a convergência entre as duas instituições sub-regionais: a Comunidade Andina e o MERCOSUL. Isto e, é um tema sobre o qual me permito chamar a atenção.

E o último é sobre asilo e imigração. Eu apresentei uma justificação no programa para o Programa de longo prazo. É um documento que foi qualificado pela Comissão. Existe o original em espanhol, foi traduzido para o francês e o inglês, e seu título é “Justificación de la inclusión del tema del asilo en el programa de trabajo de largo plazo de la Comisión” (Justificação da Inclusão do Tema do Asilo no Programa de Trabalho de Longo Prazo da Comissão). Esse tema trata os movimentos migratórios, toca o tema portanto, dos *saisonniers*, dos trabalhadores estacionários, toca o tema dos refugiados e a revisão das Convenções de 51 e das Convenções Interamericanas de Caracas de Asilo Diplomático e Asilo Territorial.

Menciono isto porque são temas de interesse: e emigração trabalhista é um tema de interesse e tem muito a ver com comentários feitos hoje sobre o impacto do tema comercial no tema trabalhista.

Finalmente, também assisti, generosamente convidado pela Presidência da Reunião, ao Conselho do Mercado Comum e Cúpula de Chefes de Estado que ocorreu em Córdoba, Argentina, em 20 e 21 de julho p.p. Naturalmente, os senhores conhecem a lista das importantes resoluções lá adotadas, e eu não vou cometer o pecado nestas horas de mencioná-las. Permito-me, apenas, assinalar que, além da ALADI, assistiram também, como convidadas, a Corporação Andina de Fomento e a Comunidade Andina, e que cada uma das três instituições convidadas tratou de forma breve e sintética os programas centrais. Eu tive pude fazer referência, de forma sumária, ao trabalho da reunião de Altos Funcionários Responsáveis pelas Políticas de Integração, como uma etapa que

completava, de certa forma, o percurso informativo que tínhamos cumprido em dezembro do ano passado, quando informamos sobre os trabalhos do ELC.

Eu gostaria de assinalar, ainda, que nessa ocasião tivemos a possibilidade de estar presentes na reunião de Chefes de Estado, onde também estavam as instituições que mencionei e o Presidente do Banco Interamericano de Desenvolvimento.

Em definitivo, é tudo o que tinha para lhes informar no momento a esse respeito, sem prejuízo de estabelecer e salientar que no Comunicado Conjunto dos senhores Chefes de Estado aparecem temas muito significativos. Acredito que corresponde a cada Representação fazer a correspondente avaliação dos mesmos.

Por último, assinalo que participaram outros convidados especiais, Representantes de Estados e apenas menciono mais um tema para os efeitos da ALADI, e o específico, que a República Argentina foi designada Sede Permanente do MERCOSUL Cultural. A esse respeito, proponho-me no tema do pilar acadêmico estabelecer contato com essa linha de ação do MERCOSUL.

É tudo o que queria informar no momento, sem prejuízo de quaisquer esclarecimentos complementares. Obrigado.

PRESIDENTA: Muito obrigada, Secretário-Geral.

Se não houver mais intervenções, encerraríamos nossa sessão e, oportunamente, vamos informar quando o Comitê voltará a se reunir.

Muito obrigada.
